

Sobressaltos de um Poder local ditatorial:  
A Resistência operária em Portimão nos anos 30 e 40



**Maria João Raminhos Duarte**  
**APHES2009**

## Introdução

Sendo a temática a abordar no XXIX Encontro da APHES *Memória Social, Patrimónios e Identidades*, apresento a esta candidatura um apontamento sobre o poder local nos tempos ditatoriais em Portimão nas décadas de 30 e 40, focalizando a análise no operariado portimonense.

É uma interpretação, do ponto de vista da história política, económica e social<sup>1</sup>, do operariado portimonense, na época o grupo profissional mais numeroso, e do regime ditatorial, numa cidade caracterizada por uma significativa prática de resistência da sua população à ditadura. A agitação social latente no seio do operariado portimonense e do papel das autoridades locais no seu controlo/repressão justificou também a escolha do tema.

A indústria conserveira foi capital para a evolução da cidade e surge incontornavelmente como pano de fundo da oposição portimonense, bem como da implementação do estado ditatorial. O seu desenvolvimento, num mundo cercado pelo meio rural, levou à configuração de um verdadeiro microcosmos que constitui um terreno privilegiado de observação do quotidiano do séc. XX.

Este estudo propôs-se extravasar o seu âmbito eminentemente político e elaborar um vasto fresco social, caracterizando a cidade de Portimão e servindo, de algum modo, de paradigma a outros centros industriais algarvios.

É, pois, um estudo monográfico local, no qual só se extravasou para a análise da indústria e da política numa perspectiva nacional quando foi indispensável, para um melhor enquadramento e compreensão das situações.

---

<sup>1</sup> Pedro Carsa Soto, «La recuperacion de la Historia Política y la Prosopografía», in Francisco Acosta et. al., *Elites: prosopografía contemporánea*, Universidad de Valladolid, 1994, p. 42.

## O Espaço e as Circunstâncias

Todas as investigações sobre as várias comunidades que habitaram em Portimão fornecem indicadores expressivos da importância do mar nas suas economias e organização social.

O final do século XIX foi de grande evolução na rudimentar indústria conserveira portimonense. A excelente localização geográfica e a riqueza do seu mar atraíram à região estrangeiros que difundiram novos métodos de conservação. Assim, o progresso da cidade pode avaliar-se pela evolução desta indústria, que provocou significativas transformações na economia e na sociedade, que até aí caracterizavam Portimão. Com as fábricas, surgiu igualmente um novo, e cada vez mais numeroso, grupo social, o operariado.

As condições primitivas da indústria eram terríveis: não havia fábricas com horário fixo, na população operária grassava o analfabetismo, a subnutrição e a tuberculose<sup>2</sup> e era a indústria que empregava maior número de menores<sup>3</sup>. Caracterizava-se também por altas taxas de feminização, e eram as mulheres as mais desfavorecidas.



<sup>2</sup> Bento Carqueja, «A alimentação em Portugal» in *Boletim da Associação Central da Agricultura portuguesa*, vol. XX, n.º 10, pp. 321-324.

<sup>3</sup> *Boletim do Trabalho Industrial*, Ministério das Obras Públicas, n.º 77, «Relatório dos serviços da 4ª inscrição» (1910), Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, p. 5.

Ainda na Monarquia, os republicanos tinham-se cruzado com as reivindicações operárias e denunciado as condições precárias, a exploração laboral e a violência exercida sobre as crianças trabalhadoras. O «Compromisso Marítimo»<sup>4</sup> não conseguia prover às necessidades dos seus associados. As associações de auxílio mútuo «Monte Pio Geral» e «Monte Pio Artístico» prestavam serviços médicos, de farmácia, socorros pecuniários em caso de doença e subsídio para funeral aos seus associados.

As primeiras greves paralisavam Portimão. Os soldados e os marítimos, tendo constituído as suas associações de classe, protagonizaram as mais combativas manifestações e greves nos últimos anos da Monarquia. Os republicanos procuravam atrair às suas fileiras o maior número de operários, então divididos entre os socialistas e os anarquistas. A atracção que o regime republicano provocava no operariado derivava da ilusão que a República iria melhorar substancialmente as suas condições de vida. Assim, os anarquistas colaboraram com os republicanos para o fim da Monarquia, alimentando a ideia que à revolução republicana se seguiria a “revolução social”.

Após o 5 de Outubro, a administração local deparou-se com enormes dificuldades levantadas pelos movimentos grevistas e, pouco a pouco, foi-se tornando visível que a componente burguesa continuava a dominar tal como sucedera no regime deposto.

Com a República, o movimento associativo operário portimonense cresceu consideravelmente, revelando-se muito ligado ao modelo de sindicalismo proposto pelos anarquistas, no qual o conceito de solidariedade constituía um valor essencial.

Os republicanos acreditaram ser possível alcançar o equilíbrio entre os interesses operários e patronais. À medida que isto se foi revelando impossível, os movimentos grevistas em Portimão adquiriram dimensão inusitada<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Albino Lapa, *Portimão, “cidade” duas vezes e o compromisso dos seus pescadores*, Lisboa, 1959, p. 56.

<sup>5</sup> Maria João Raminhos Duarte, *Portimão, Industriais conserveiros na 1ª metade do século XX*, Colibri, 2003, pp. 90-96.



6

No fim da I República, o movimento operário já tinha perdido a pujança de outrora. Em 1925, perante a crise da indústria e escassez de peixe, o operariado foi gravemente afectado. As sucessivas prisões, deportações e despedimentos conduziram à emigração e à desmobilização dos operários.

Dada a gravidade da situação e os seus efeitos sociais, uma comissão de trabalhadores, acompanhada pelo Presidente da Câmara, foi a Lisboa reclamar urgentes medidas para “a formidável crise”, tendo aí ficado retida, devido ao movimento militar de 28 de Maio de 1926. Mal sabiam que esses “acontecimentos revolucionários” eram o princípio do fim das suas liberdades e da I República que, afinal, se tinha mostrado incapaz de gerir os antagonismos entre o patronato e o operariado.

---

<sup>6</sup> As fotos pertencem ao Arquivo Particular de Jaime Palhinha.

## Contributos e Resistências ao Sistema ditatorial

Em Portugal, com o golpe militar de 28 de Maio de 1926, teve início uma ditadura militar que culminou num novo regime, o “Estado Novo”.

Este regime, marcado por um acentuado autoritarismo do Estado e mantido por diversas instituições repressivas e policiais, foi, desde o seu início, combatido por uma oposição proveniente de vários sectores da sociedade portuguesa e duramente reprimida pelo “Estado Novo”.

O processo que abriu caminho ao regime ditatorial suscitou reacções diversas nas elites tradicionais portimonenses.

Em 1926, o falhanço das greves era o sintoma evidente da desmobilização dos operários. As fábricas encerravam ou reduziam o pessoal, em consequência do defeso<sup>7</sup> que constituía o problema mais dramático para o operariado que se encontrava na contingência de desemprego total.

Após o 28 de Maio, a imprensa em Portimão ficou reduzida a um jornal, o *Comércio de Portimão*, um lacónico veículo de informação.

Quando a 4 de Fevereiro de 1927, um movimento republicano, em Faro, (des)concertadamente com Lisboa e Porto, tentou derrubar o regime, a imprensa portimonense nada noticiou, apesar de 80 soldados terem sido transportados para Faro, em camiões mobilizados à Casa Fialho<sup>8</sup>.

António dos Santos, delegado da CGT (Confederação Geral do Trabalho), visitou Portimão, estabelecendo uma “cifra” para as relações do movimento anarquista<sup>9</sup> em defesa do sindicalismo livre.

O ambiente de agitação social e operária continuou a manifestar-se no Algarve, agravando a ordem pública. As autoridades de Portimão oficiaram ao Governador Civil

---

<sup>7</sup> Nome dado ao regime de proibição absoluta da prática da actividade da indústria de pesca, que conduzia à paralisação da indústria conserveira.

<sup>8</sup> *O Algarve*, n.º 983, 6/02/1927, p. 1, «Revolução em Faro».

<sup>9</sup> Edgar Rodrigues, *A Resistência anarco-sindicalista à ditadura, Portugal 1922-1939*, Editora Sementeira, Lisboa, 1981, p. 184.

que lhes era impossível assegurar a ordem sem uma força militar<sup>10</sup>, solicitando o batalhão da GNR de Silves<sup>11</sup>.

João de Barros Amado da Cunha foi nomeado Administrador do Concelho de Portimão<sup>12</sup>, tornando-se rapidamente conhecido da população portimonense. Este liderara a sublevação dos regimentos de Infantaria de Lagos no golpe de 28 de Maio.

Portimão tinha, enfim, o seu herói da Revolução Nacional!



13

---

<sup>10</sup> ADF, (Arquivo Distrital de Faro), *Livro Copiador de Correspondência Confidencial do Governador Civil (LCCCGC)* 438 (1926-1930), ofício ao Ministro do Interior, de 6/06/1927.

<sup>11</sup> *Ibidem*, ofício n.º 166, ao Comandante da GNR de Faro, de 25/06/1927.

<sup>12</sup> AHM (Arquivo Histórico-Militar), *Processo de João Amado Barros da Cunha*, Cx. 3707, «Doc. de autorização do Ministro do Interior ao Ministério da Guerra», de 2/10/1926.

O modo como o Administrador do Concelho exercia a sua autoridade foi imediatamente dado a conhecer aos portimonenses. Foi nas elites conservadoras e nas «forças vivas» de Portimão<sup>14</sup> que encontrou a sua base de apoio social e político. As prisões dos “desordeiros” multiplicaram-se<sup>15</sup>.

Na homenagem dos municípios a Salazar, em 1929, Amado da Cunha<sup>16</sup> ofereceu um valioso relicário ao homenageado<sup>17</sup>. A cidade, tal como o país, rendia-se à obra financeira de Salazar.

A acção do Administrador, omnipresente em todos os eventos políticos, sociais e culturais de Portimão, produziu efeitos visíveis: a cidade, “um meio eivado de ideias subversivas”, até se tornara “pacata”<sup>18</sup>. Foi proibida a realização de manifestações no 1º de Maio<sup>19</sup>.

O Administrador exercia uma perseguição permanente aos operários e aos republicanos democráticos<sup>20</sup>, que formavam “a plêiade de agitadores” que perturbavam Portimão. Devido ao chicote que permanentemente o acompanhava, e do qual fazia uso regular, foi-lhe dada a alcunha de “Raio de Polvo”.

Muitas queixas houve, denunciando os abusos do Administrador que pregava “chapadas”<sup>21</sup> a quem queria.

O poder judicial e administrativo (republicano) resistiu, tanto quanto pôde, à intromissão do Administrador do Concelho. Este acusou o Juiz e o Conservador do Registo Predial de serem “chefes democráticos”<sup>22</sup>, afirmando que o primeiro “deveria estar na

---

<sup>13</sup> João Amado Barros da Cunha.

<sup>14</sup> *Comércio de Portimão*, n.º 155, 14/07/1929, p. 4, «A indústria de conservas de peixe».

<sup>15</sup> ADF, *LCCCGC* 438 (1926-1930), ofício n.º 25, ao Director da Polícia de Informação, de 14/08/1928.

<sup>16</sup> *Diário de Notícias*, n.º 22893, 22/10/1929, p. 1, «A obra financeira do Sr. Dr. Oliveira Salazar».

<sup>17</sup> MP (Museu de Portimão), *Arquivo Histórico*, «Actas de Vereação», Cx. 396, Doc. 468, Livro 61, de 7/11/1929.

<sup>18</sup> IAN-TT (Instituto Arquivos Nacionais – Torre do Tombo), *Arquivo do MI/MAI*, (Ministério do Interior/Ministério da Administração Interna), «correspondência da Direcção Geral de Administração Política e Civil», Cx. 73, Livro 81 (G-J), Maço 206 (1934), p. 5.

<sup>19</sup> ADF, *LCCCGC* 255 A (1930-1936), ofício n.º 73, aos Administradores dos Concelhos, de 27/04/1931.

<sup>20</sup> IAN-TT, *Arquivo do MI/MAI*, «correspondência da Direcção Geral ...», Cx. 73, Livro 81 (G-J), Maço 206 (1934), p. 2 e ss.

<sup>21</sup> *Ibidem*, Doc. 19/04/1933.

<sup>22</sup> ADF, *LCCCGC* 438 (1926-1930), ofício n.º 25, ao Director da Polícia de Informação, de 14/08/1928.

Penitenciária”<sup>23</sup>. O juiz Alfredo Maria Rego<sup>24</sup> chegou a autuar o Administrador por este não observar a lei.

Salazar criara a União Nacional (UN), pretendendo preparar a constitucionalização da ditadura. A urgência fez-se sentir sobre os governadores civis para que se constituíssem comissões em todas as freguesias, de modo a integrar as elites locais na organização política do “Estado Novo” e isolar os seus opositores<sup>25</sup>. A constituição da primeira comissão concelhia da UN teve pouco peso político, pois tudo girava em torno do Administrador, mas conseguiu integrar alguns republicanos conservadores<sup>26</sup>.

A instituição do “Estado Novo” em Portimão contou com o apoio inequívoco da maioria dos industriais e foi no regime corporativo que estes tentaram encontrar soluções para os problemas da indústria e para operariado.



<sup>23</sup> AHM, *Processo de João Amado Barros da Cunha*, Cx. 3707, «Documento do 2º Tribunal Militar Territorial de Lisboa», de 5/02/1935.

<sup>24</sup> *Comércio de Portimão*, n.º 296, 17/04/1932, p. 1, «Novo Magistrado».

<sup>25</sup> IAN-TT, AMI, GM, correspondência, Remessa 422, Cx. 18, Livro 97 (1931), Confidencial aos Governadores Civis n.º 192, de 28/07/1931.

<sup>26</sup> *Comércio de Portimão*, n.º 221, 2/11/1930, p. 1, «União Nacional».

## Corporativismo e Poder local

As novas disposições legais controlaram totalmente as relações de trabalho, constituindo a face jurídica de submissão do operariado. O “Estado Novo” impôs a sua intervenção, não só na prévia aprovação das direcções sindicais eleitas, mas também pelo poder de demissão das mesmas.

Na política social, o papel do “Estado Novo” foi diminuto, uma vez que as funções assistenciais eram, na sua maioria, atribuídas ao Grémio de Conservas do Barlavento e ao Sindicato Nacional dos Operários da Indústria das Conservas do Distrito de Faro (SNOICDF), que não tinham capacidade financeira para suportar as dificuldades inerentes à crise, à sazonalidade da indústria e ao seu impacto social. O industrial Cayetano Feu teve um papel primordial na concretização da política social corporativa nas suas fábricas e no Grémio, promovendo a instituição de cantinas operárias, creches e um bairro para os operários, minorando as agruras do operariado portimonense que vivia no limiar da pobreza nos difíceis anos trinta.

O regime estabeleceu através dos organismos corporativos alguns compromissos com as entidades patronais. Mas os industriais insurgiam-se perante as inspecções dos delegados do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência<sup>27</sup> para fiscalização do horário de trabalho, do pagamento de horas extraordinárias e da restrição o emprego de mulheres e menores<sup>28</sup>.



<sup>27</sup> *Diário do Governo*, I série, n.º 217, «Decreto n.º 23.053», de 23/09/1933.

<sup>28</sup> Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1995, Vol. II, p. 423.

No entanto, a nova legislação possibilitava aos industriais verem-se livres dos operários que resistiam à nova ordem, pois o despedimento com justa causa tinha um largo espectro.

A Legião Portuguesa (LP) integrou as forças políticas mais conservadoras da cidade e veio responder às aspirações dos portimonenses ligados à organização corporativa e dos adeptos duma linha mais dura no “Estado Novo”.

Após a aprovação do Código Administrativo, em 1936, o sistema eleitoral fora completamente reformado. O controlo do poder central sobre os corpos administrativos provocou uma profunda redução da participação das populações na escolha dos seus representantes locais, pela nomeação governamental do Presidente da Câmara, pela capacidade de dissolução dos órgãos locais pelos Ministérios das Finanças e do Interior e pela obrigatoriedade de aprovação de determinadas deliberações municipais pela administração central.

O Presidente da Câmara presidia à Câmara Municipal e ao Conselho Municipal. Nas freguesias era representado pelos Regedores que, nas funções de natureza policial, eram auxiliados pelos “cabos de ordem”. O poder do Presidente da Câmara era praticamente absoluto no espaço territorial sob a sua jurisdição. A vereação passou a ser votada pelo Conselho Municipal, composto pelos representantes das Juntas de Freguesia, da Misericórdia e dos órgãos corporativos. O regime de escolha do Presidente da Câmara passou a depender de nomeação governamental, abandonando-se a modalidade do escrutínio secreto entre os vereadores<sup>29</sup>.

A ditadura apertava a malha e as suas instituições entraram numa fase de grande agressividade política, que a guerra civil em Espanha impulsionara. O apoio das forças conservadoras aos nacionalistas espanhóis foi explícito<sup>30</sup>, sendo organizado por Caetano Feu e Sebastião Ramirez, ex-Ministro do Comércio<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> Marcelo Caetano, *Manual do Direito Administrativo*, Livraria Almedina, Coimbra, Tomo I, pp. 332-334.

<sup>30</sup> *Comércio de Portimão*, n.º 539, 13/12/1936, p. 1, «Para os Nacionalistas espanhóis».

<sup>31</sup> *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques, vol. XII, «O Estado Novo (1930-1960)», Editorial Presença, Lisboa, 1991, p. 34.

A LP provocou uma incontestável mobilização local e a sua actividade desenvolveu-se na instrução dos legionários<sup>32</sup>, na angariação de fundos e nas comemorações patrióticas nacionais, juntamente com a Mocidade Portuguesa. Os legionários vigiavam o “Grupo democrático de Portimão”, elaborando relatórios sobre a actividade oposicionista na cidade<sup>33</sup>, pois já lhes tinha sido feita uma ameaça numa “inscrição codificada” na Fábrica Feu, que, segundo eles, queria dizer “Internacional Comunista manda ceifar dois graduados mais”<sup>34</sup>.



De 1934 a 1950, à frente da gestão camarária estiveram António Teixeira Gomes, Álvaro Joaquim Calhau, António Carneiro de Almeida, Frederico Ramos Mendes e Joaquim Valadares Pacheco<sup>35</sup>. A nível local, António Teixeira Gomes, Cayetano Feu, António Taquelim da Cruz, Francisco Bivar Weinholtz, José Severo Ramos, João Francisco Leote, António Júdice Magalhães Barros, Júlio de Sousa Calaça e José Mendes Furtado presidiram à totalidade das instituições portimonenses. Os industriais conserveiros lideraram a cidade e foram, de certo modo, a face do regime.

---

<sup>32</sup> *Comércio de Portimão*, n.º 548, 14/02/1937, p. 1, «Legião Portuguesa».

<sup>33</sup> IAN-TT, AMI, Maço 496, Livro de Serviço de Informações da Legião Portuguesa, Proc. 1566/10, Ofício de 15/11/1938.

<sup>34</sup> *Ibidem*, Ofício de 3/03/1938.

<sup>35</sup> MP, *Arquivo Histórico*, «Actas de Vereação», (1930-1950).

## O Trabalho de Sapa....

O primeiro contacto do PCP em Portimão fizera-se por volta de 1925. O pequeno núcleo local integrara os elementos afastados do anarco-sindicalismo e outros afectos ao Partido Republicano da Esquerda Democrática. As organizações operárias portimonenses dividiram-se, então, pelo núcleo comunista e pelas antigas estruturas anarco-sindicalistas. Sob a influência do PCP, estavam as Associações de Classe dos Marítimos, dos Estivadores e dos Soldadores. As Associações de Classe dos Sapateiros e da Construção Civil mantiveram-se ligadas à CGT<sup>36</sup>.

Os reviralhistas também tinham os seus contactos em Portimão<sup>37</sup>.

A 25 de Fevereiro de 1931, uma manifestação foi rapidamente dissolvida<sup>38</sup>. No largo da estação, uma bandeira vermelha foi desfraldada, evidenciando o peso crescente do núcleo comunista na liderança operária em Portimão. O desemprego traduzia-se, segundo o *Avante*, em 1800 a 2000 desempregados, que se tinham manifestado, produzindo a intervenção da GNR e algumas prisões<sup>39</sup>.

A agitação operária continuou a fazer-se sentir nos centros industriais algarvios<sup>40</sup>. O Governador Civil sabia da propaganda comunista que grassava no Algarve, nomeadamente em Portimão, onde a falta de trabalho, criava “um ambiente próprio para essas propagandas”<sup>41</sup>.

A contestação ao Administrador era cada vez mais difícil de ocultar, não só pelo avolumar das queixas que sobre ele pendiam, mas também pelo continuado exercício de violência que não parecia disposto a moderar. Foi neste contexto, que o Governador Civil nomeou o Capitão Manuel Alexandre<sup>42</sup> para Presidente da Câmara de Portimão<sup>43</sup> e,

---

<sup>36</sup> Entrevista a Rui de Jesus Sacramento.

<sup>37</sup> Maria João Raminhos Duarte, *Oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo no Algarve (1926-1958): o Caso do Concelho de Silves*, [Tese de Doutoramento em História Contemporânea, texto policopiado], Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008, p. 161.

<sup>38</sup> ADF, LCCCGC 255 A (1930-1936), ofício n.º 39, ao Ministério do Interior, de 27/02/1931.

<sup>39</sup> *Avante!*, ano I, n.º 2, 8/03/1931, p. 3, «Em Portimão».

<sup>40</sup> ADF, LCCCGC 255 A (1930-1936), ofício n.º 39, ao Ministério do Interior, de 27/02/1931 e *Avante!*, ano I, n.º 2, 8/03/1931, p. 3, «Em Portimão».

<sup>41</sup> *Ibidem*, Ofício n.º 78 ao Ministro do Interior, de 11/05/1931.

<sup>42</sup> *O Nacional Sindicalista*, n.º 5, 15/01/ 1933, p. 4, «A frente nacional sindicalista do sul».

<sup>43</sup> MP, *Arquivo Histórico*, «Actas de Vereação», Cx. 656, Doc.1197, Livro 65, 18/11/1933.

simultaneamente, para Administrador do Concelho. Acalmados os ânimos, o Governador Civil nomeou novo Administrador, o Tenente Francisco José Dentinho<sup>44</sup>, que se destacara no combate à revolta de Fevereiro de 1927<sup>45</sup>, e António Teixeira Gomes para Presidente da Câmara.



No final de 1933, com a crise mundial e consequente diminuição das exportações, os operários manifestaram-se<sup>46</sup>, provocando “tristes espectáculos...os quais originaram alterações de ordem pública”<sup>47</sup>.

Apesar dos contactos serem deveras difíceis, o delegado do PCP, Francisco Paula de Oliveira (“Pavel”), deslocou-se ao Algarve para tratar de aspectos organizativos. O arsenalista reuniu em Portimão com José d’Oliveira Calvário<sup>48</sup>, um dos primeiros dirigentes comunistas locais.

---

<sup>44</sup> *Comércio de Portimão*, n.º 391, 11/02/1934, p. 1, «Novo Administrador do Concelho».

<sup>45</sup> *O Algarve*, n.º 983, 6/02/1927, p. 1, «Revolução em Faro».

<sup>46</sup> *O 18 de Janeiro de 1934, Do Movimento de resistência proletária à ofensiva fascista*, Assírio e Alvim, p. 36.

<sup>47</sup> *A Indústria*, n.º 503, 3/11/1933, p. 5, «Portimão».

<sup>48</sup> IAN-TT, PIDE/DGS, SC SPS 2590 UI 4350, fl. 11, «Auto de Perguntas» a José d’Oliveira Calvário Júnior, de 19/12/1936.

A ditadura consolidara-se institucionalmente e a repressão do movimento operário e sindical tornou-se uma prioridade.

O Estatuto do Trabalho Nacional pôs fim às velhas associações de classe. O comandante dos Bombeiros Voluntários de Portimão tomou de assalto as sedes sindicais, encerrando-as compulsivamente<sup>49</sup>. O desagrado contra esta imposição deu origem à greve geral de 18 de Janeiro de 1934, a derradeira tentativa de defesa do sindicalismo livre.

Por todo o Algarve, os comunistas tinham os seus Comitês Revolucionários<sup>50</sup>, paralelamente aos anarco-sindicalistas, para a preparação da greve.

José d'Oliveira Calvário estava “em ligação directa com os organismos comunistas de Lisboa”, transmitindo as “instruções para o Comité de Silves”<sup>51</sup>. O comité regional reuniu em Portimão com Mário Castelhana<sup>52</sup>. O Comité Local recebeu ordens em cifra para a greve 48 horas antes, pelo que na noite de 17 tiveram a última reunião preparatória<sup>53</sup>.

A greve deu-se em pleno período de defeso. Os operários aderiram e a cidade viveu momentos de grande agitação. Os portimonenses encheram as janelas para verem o último momento de clara contestação do seu operariado.

Mesmo em frente da minha casa, no (...) largo do Coreto, houve uma manifestação enorme (.....) reprimida ferozmente pela GNR (...). Os cavalos, foi essa a sensação que me deu, esmagavam as pessoas”<sup>54</sup>.

---

<sup>49</sup> Entrevista a Rui de Jesus Sacramento.

<sup>50</sup> IAN-TT, PIDE/DGS, *Silves e Algarve*, Proc. 940-SR, UI 2337, «Relatório extraordinário do PV (Posto de Vigilância) da PVDE de Vila Real Stº António (VRSA)», Maio 1939, fls. 106, 111 e 114.

<sup>51</sup> IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 1055-G/SPS, José Calvário Júnior e outros, Relatório do comandante da PSP de Faro, de 1/03/1934.

<sup>52</sup> Correia Pires, *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal*, Lisboa, Edições Deagá, 1975, p. 58.

<sup>53</sup> AAVV (depoimento colectivo), *O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes*, A Regra do Jogo, 1978, p. 129.

<sup>54</sup> Miguel Medina, *Esboços, antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*, Edição da CM de Lisboa, 1999, p. 141.



“Da minha rua avistava a estação de caminho de ferro, para onde foram levados os detidos. Fascinado com o alvoroço, consegui empoleirar-me no muro, vendo embarcar no comboio os detidos. Com espanto, vi entre os presos o meu vizinho Policarpo e o “Vinagre”. Quis saber, em casa, o que tinha acontecido, mas ninguém queria falar disso”<sup>55</sup>.

A greve provocou uma série de prisões entre os operários e activistas<sup>56</sup>. Entre estes estavam os anarquistas, José Büisel, Luís António, José do Carmo, António Rodrigues, Manuel Pereira, Gregório Purificação, Abundâncio José, Artur da Silva, Manuel Arez, José da Graça, Joaquim Pedro, e os comunistas José d’Oliveira Calvário, José Dantas, António Carrasco, Manuel Marques, José Venâncio, Francisco Diogo, António Luz, Francisco Perrólas, António dos Santos e Abílio da Silva<sup>57</sup>. Outros, sabendo-se procurados, fugiram para parte incerta.

O arsenal apreendido esteve em exposição no Posto da GNR<sup>58</sup>.

---

<sup>55</sup> Entrevista a Manuel Dias Marques.

<sup>56</sup> Identifiquei 24 indivíduos presos/ procurados pela polícia em Portimão.

<sup>57</sup> Maria de Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, ICS, 2000, pp. 493-518.

<sup>58</sup> Entrevista a Vidaul José Ventura.

## O Jogo do Gato e do Rato

Após o 18 de Janeiro, e apesar da razia provocada pelas prisões, o comité local do PCP recompôs-se, sendo constituído por Adelino José, Manuel Ferramacho, Policarpo António e por um empregado notarial de apelido Raposo. O *Avante!* e outras publicações clandestinas chegavam a Portimão<sup>59</sup> e a influência comunista continuou a crescer.

O Governador Civil pedia à PVDE para tomar providências por “a PSP se ver inibida de o fazer por falta de verbas”<sup>60</sup>. No entanto, o Tenente Rosa Mendes, Comandante da PSP de Faro, procedeu a investigações e desencadeou uma vasta operação que conduziu à prisão de militantes comunistas, nomeadamente à de João Veiga, funcionário do PCP na região. Esta captura arrastou toda a organização do PCP no Algarve, tendo sido detidos mais de 30 comunistas<sup>61</sup>. Entre eles, pela sua actividade em Portimão, estavam Policarpo António e Adelino José. Miguel Ferramacho fugiu para Lisboa, sendo ali preso, enquanto o Raposo fugira para parte incerta<sup>62</sup>.

O Governador Civil sabia que Portimão era hostil ao “Estado Novo”. A sessão de propaganda para as eleições da Assembleia Nacional tinha resultado num “fiasco”<sup>63</sup>.

Em 1939, a resistência operária ao regime manteve-se, clandestinamente, destacando-se os anarquistas José Negrão Büisel e José Mateus da Graça e o comunista José d’Oliveira Calvário<sup>64</sup>. Apesar da perseguição policial, a organização comunista em Portimão conseguiu manter uma estrutura quase permanente.

A gestão autárquica decorria sem conflitos visíveis. Quem queria algum emprego oficial tinha que se inscrever na UN e na LP. Os varredores e contínuos camarários eram na maioria legionários e bufos.

---

<sup>59</sup> AHM, TME, Processo 93/38, 1º Vol., João da Veiga e outros, PSP de Faro, fl. 53, «Auto de Perguntas» a José António Gonçalves, 6/02/1938.

<sup>60</sup> IAN-TT, AMI, Do GM (correspondência), Maço 488, 1937, NT 362, Relatórios da PSP, «Relatórios de carácter político e social do Continente», fl. 28, Relatório de 5/10/1937.

<sup>61</sup> Francisco Guerreiro, *Um Aporte e Testemunho*, Buenos Aires, 1952, fl. 37.

<sup>62</sup> IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 940 SR, fl. 113, Relatório Extraordinário do PV de VRSA da PVDE, 10/05/1939.

<sup>63</sup> IAN-TT, PIDE/DGS, PS PC 633/46, NT 4899, António do Carmo Lourenço, Relatório n.º 851 do Governador Civil de Faro ao Ministro do Interior, de 20/10/1938.

<sup>64</sup> IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 940 SR, fl. 111, Relatório Extraordinário do PV de VRSA da PVDE, 10/05/1939.

A colaboração entre o Ministério do Interior, a PIDE e as autoridades locais foi extensa e regular. Os governadores civis, os administradores dos concelhos e os presidentes das Câmaras Municipais enviavam regularmente informações detalhadas à polícia política.

João Vítor Viola, um dos informadores mais recordados, morava em Portimão e percorria o Barlavento como vendedor ambulante. Era um homem pequeno, de tez amarelada. Era conhecido como o “Gravateiro” e era presença habitual nos bairros operários e nos sítios considerados subversivos.

A II Guerra Mundial teve grande influência na indústria conserveira e consequentemente na vida da cidade. Oliveira Salazar declarou a política de neutralidade do país, tornando Portugal num palco dos interesses das potências beligerantes. A guerra produziu uma extraordinária valorização das conservas, e as fábricas portimonenses mantiveram-se em plena laboração, devido à assinatura de importantes contratos com a Alemanha e a Inglaterra, que forneciam folha-de-flandres em troca de conservas de peixe.

Nessa altura, o PCP já era a força dominante no movimento operário portimonense. A reorganização do PCP nos anos 40 fora concebida tendo em conta a necessidade de um férreo aparelho clandestino, capaz de resistir e de se renovar face às agressões policiais. Através da criação de uma rede clandestina solidamente estruturada, de um trabalho sistematicamente organizado e de um autónomo sector de propaganda, o PCP impôs-se na liderança contra o regime ditatorial<sup>65</sup>.

Os reorganizadores encontraram uma débil organização local, quase sem actividade. Muitos dos militantes e simpatizantes tinham sido presos, despedidos e o medo afastara outros.

Os operários gravitavam à volta das sociedades recreativas. “O «Clube dos Caçadores» e a «Sociedade Vencedora Portimonense» eram veículos de distribuição de propaganda clandestina”<sup>66</sup>. Funcionava no “Clube dos Caçadores” uma célula do PCP, que clandestinamente fornecia a propaganda e mantinha uma biblioteca que divulgava *O Diabo* e *Sol Nascente*, as revistas *Vértice* e *Seara Nova*, a “Biblioteca Cosmos”, Alves Redol,

---

<sup>65</sup> João Medina, «Função e natureza do PCP na história portuguesa: Salazar e Álvaro Cunhal ou a metáfora dos “dois cães de faiança”», in *Clio*, Volume 12, 2005, Centro de História da UL, pp. 9-22.

<sup>66</sup> Entrevista a Manuel Dias Marques.

Aquilino Ribeiro, Soeiro Pereira Gomes, etc. Dos autores estrangeiros, destacavam-se John Steinbeck, Romain Rolland, Émile Zola, que muitos portimonenses leram entusiasticamente<sup>67</sup>.

Nos tempos da Guerra, a gestão camarária tinha a seu cargo a gestão da capitação dos géneros básicos e a distribuição das senhas de racionamento. Aproveitando a escassez de alimentos, os funcionários do PCP conduziram reivindicações operárias e manifestações populares por todo o Algarve, organizando “marchas de fome”.

A PIDE vigiava atentamente a cidade e denunciava os “elementos que maior acção” desenvolviam “na vasta rede de propaganda comunista”<sup>68</sup>: José Francisco Grade, Rui Sacramento, Dionísio José, Manuel da Graça Mira, Francisco Camilo Nascimento, Manuel José Pires, Francisco Bernardo Reis, Armando Francisco Sério, Francisco Manuel Geródio, Jerónimo da Silva, António Gregório e José Leandro<sup>69</sup>.

Em Portimão, o fim da guerra foi celebrado. Um grupo de cidadãos juntou-se frente à estação dos caminhos-de-ferro, onde se lia, numa faixa, “Benvinda seja a Paz”.



70

<sup>67</sup> Entrevista a Vidaul José Ventura.

<sup>68</sup> IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 940 SR, fl. 173, «Informação da Brigada dos Caminhos-de-ferro», 6/01/1945.

<sup>69</sup> Ibidem.

<sup>70</sup> Maria da Graça Marques (Coord.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Edições Colibri, 1999, p. 629.

Salazar anunciou o propósito de convocar eleições, “tão livres como na livre Inglaterra”<sup>71</sup>. “Convencidos que o Salazar e o Franco tinham os seus dias contados”<sup>72</sup>, o Movimento de Unidade Democrática (MUD) pusera-se, entretanto, em marcha e fora “uma onda avassaladora que submergiu o País”<sup>73</sup>. Certamente superior às expectativas, a adesão popular ao MUD foi célere. O Algarve secundou de imediato o MUD. O movimento abrangeu não só o operariado, mas importantes sectores da classe média, nomeadamente advogados, médicos, funcionários públicos, comerciantes etc. O *República* noticiava “grande entusiasmo em todo o Algarve (...), circulando centenas de listas de adesão, (...) cobertas por milhares de assinaturas”<sup>74</sup>. À comissão concelhia portimonense pertenciam João Francisco Leote, Francisco Martinho, Eugénio Zeferino Pereira, Jaime Dias e José Francisco Cândido.

Depois da farsa eleitoral, foi ficando claro que o “Estado Novo” não se mostrava disposto a abandonar o poder<sup>75</sup>. Intensificou-se a repressão sobre o MUD que continuava a exercer actividade contra o regime<sup>76</sup>, nomeadamente nas instruções para o recenseamento à luz da nova lei eleitoral<sup>77</sup>. O regime, prevenido pelo susto que apanhara, pretendia instaurar um recenseamento eleitoral restrito para assegurar uma maioria em próximas eleições. A forma como a lei foi interpretada pelas entidades oficiais mostra uma “verdadeira eliminação de todos os cidadãos sobre os quais pudesse recair a suspeita de que votariam contra o Governo e o seu Partido único”<sup>78</sup>, vindo a negar-se o direito de voto aos que professavam ideias contrárias. A lei não indicava em que termos se podia justificar a exclusão do recenseamento, pelo que qualquer alegação contra um cidadão era suficiente para o excluir.

A Comissão Concelhia do MUD trabalhou afincadamente no recenseamento dos eleitores oposicionistas, elaborando os requerimentos a rogo de quem não soubesse

---

<sup>71</sup> *Diário de Notícias*, n.º 28648, 14/11/1945, p. 1, «Uma entrevista com o Presidente do Conselho».

<sup>72</sup> João D’ Alvor, *Caderno dum Resistente*, Edição do Autor, Portimão, 1992, p. 8.

<sup>73</sup> Mário Soares, *Portugal Amordaçado, Depoimento sobre os anos do fascismo*, Arcádia, 1974, p. 101.

<sup>74</sup> *República*, n.º 5372, 13/10/1945, p. 4, «Republicanos efectua hoje uma importante reunião».

<sup>75</sup> Francisco Guerreiro, *Um Aporte e Testemunho*, Buenos Aires, 1952, fl. 39.

<sup>76</sup> *Voz do Sul*, n.º 1274, 9/02/1946, p. 1, «Instruções para o recenseamento...».

<sup>77</sup> O Decreto-lei n.º 35426, de Dezembro de 1945.

<sup>78</sup> IAN-TT, PIDE/DGS, *Silves e Algarve*, Proc. 940-SR, UI 2337, fl. 79, CC do MUD, «Recenseamento Eleitoral; A Lei e a sua execução», Outubro de 1946.

escrever, reconhecendo a assinatura no Cartório Notarial e dando entrada dos mesmos na Câmara Municipal.

Por seu lado, as autoridades locais inscreveram oficiosamente todos os funcionários públicos e dos organismos corporativos. Foram emitidas circulares, facilitando a inscrição dos situacionistas, podendo os membros da UN local inscreverem-se por correio. Em contraposição, a comissão recenseadora local criou as maiores dificuldades ao recenseamento dos oposicionistas e todos os pretextos serviram para justificar as exclusões.

“A aceitação dos requerimentos de recenseamento era feita a horas irregulares, tentando-se de todas as formas aborrecer, cansar e vexar todos os cidadãos que se pretendiam inscrever”<sup>79</sup>. As horas de expediente eram escassas e desconstradas, os prazos insuficientes e os termos de reclamação difíceis. Para a instrução da reclamação, deveriam os eleitores requerer uma certidão de como não se encontravam inscritos. Muitas vezes, os serviços utilizavam o prazo de 10 dias para entregá-la, o que inviabilizava a reclamação do excluído.

Francisco Martinho, Gerente da Caixa Geral dos Depósitos, destacou-se no MUD local. Martinho já integrara o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), juntamente com António Ventura, Adelino Pinto e Mateus da Silva Gregório<sup>80</sup>, formando a primeira estrutura clandestina unitária da oposição: o núcleo do MUNAF do Barlavento algarvio<sup>81</sup>.



---

<sup>79</sup> *Ibidem*.

<sup>80</sup> Maria João Raminhos Duarte, *Oposição à Ditadura Militar...*, *Texto Cit.*, p. 257.

<sup>81</sup> João D' Alvor, *Ob. Cit.*, pp. 41 e 123.

Do comité local do PCP faziam parte José Alberto d'Oliveira, José Salustiano de Jesus e José Francisco Cândido, o representante dos operários na comissão concelhia do MUD. Este fugiu em Agosto de 1947, falecendo pouco depois.

Acusado de ser o delegado do PCP na comissão concelhia do MUD, Martinho foi preso em Junho de 1948 e, em seguida, afastado do serviço.

Devido ao eficiente trabalho clandestino, a agitação social crescia a olhos vistos no distrito, especialmente no seio dos operários corticeiros e conserveiros. Em resultado dos protestos e das marchas de fome, aumentaram as capitações de pão para o Algarve<sup>82</sup>.

A PIDE seguia de perto Portimão. Com aumento da pressão policial e conseqüente desmobilização, era necessário reforçar a organização clandestina e alargá-la. Além da tarefa de recrutar elementos, de organizar células nas fábricas e de distribuir o *Avante!* e *O Militante*, os militantes deveriam pagar a imprensa, a quotização e colaborar na recolha de fundos.

Francisco Tomé Correia foi contactado por Joaquim Domingos Gonçalves para se ligar ao PCP. Tomé Correia (“Alexandre”)<sup>83</sup> assumiu gradualmente o comando da organização local e entregou-se ao trabalho de organização.

Tomé Correia tentou aliciar os antigos militantes, mas estes esquivavam-se perante o perigo eminente. O trabalho pressupunha grande risco. Os contactos e encontros necessitavam de uma senha e de uma credencial, e tratavam-se pelos respectivos pseudónimos. Os panfletos e os exemplares do *Avante!* eram transportados nos portabagagens das bicicletas.

O trabalho de Tomé Correia evidenciou-se na organização operária. “A minha orientação era recrutar gente capaz nas fábricas, de modo a poder constituir uma célula para poder orientar as reivindicações e a implementar as palavras de ordem do PCP”<sup>84</sup>.

O comité local recrutou António Pereira Fernandes, Vidaul José Ventura, responsável pelas conservas (que tinham um comité próprio), e António Mariano, responsável pelo sector metalúrgico e afins. Ao “comité das conservas” também pertenciam José Moleiro da Purificação, responsável pelas fábricas de Portimão, e José

---

<sup>82</sup> *Voz do Sul*, n.º. 1305, 21/12/1946, p. 1, «Vão aumentar as capitações de pão...».

<sup>83</sup> IAN-TT, TBH, 2.º Juízo Criminal, Proc. n.º 128/48, Cx. 230, Vol. IV, fl. 655 v..

<sup>84</sup> Entrevista a Francisco Tomé Correia.

Fernandes Capela, responsável pelas fábricas da margem esquerda do rio Arade. Todas as fábricas conserveiras de Portimão integraram células controladas pelo PCP.

Nos tempos da guerra, a falta e o racionamento de géneros, o tabelamento dos produtos, o açambarcamento, a especulação e o mercado negro foram práticas constantes que produziram o agravamento das condições económicas e da agitação social.

Em 1945, Sérgio Vilarigues (“Victor”), do Comité Central do PCP, foi o funcionário destacado para o Algarve, substituindo Dias Lourenço (“João”)<sup>85</sup>. Passados alguns meses, devido ao crescimento da organização, Manuel da Silva Júnior (“Ricardo”), outro funcionário, foi coadjuvável na tarefa. A organização comunista alargara-se, entretanto, a todo o concelho.

O Presidente da Secção de Portimão do SNOICDF, Ilídio Rodrigues, eleito em 1945, era militante comunista. Além dele, faziam parte da célula comunista do Sindicato, Virgílio Nunes, o secretário, e João Filipe Larousse, o tesoureiro. “O Sindicato estava completamente furado!”<sup>86</sup>.

A célula no Sindicato era anterior à liderança de Tomé Correia, mas, em meados de 1946, entrou numa fase de grande dinamismo. António do Carmo Lourenço (“Jaime”), nesse ano, controlou o Comité Local de Portimão, representando-o no Comité Regional I do Sector Provincial do Algarve<sup>87</sup>. Em 1946, depois do IV Congresso do PCP, Joaquim Pires Jorge (“Marcos”) foi para o Algarve<sup>88</sup>, tomando o lugar de Vilarigues<sup>89</sup>.

Para organização do MUD Juvenil (MUDJ) local houve uma reunião clandestina no «Clube dos Caçadores», orientada por Octávio Pato<sup>90</sup>. Muitos operários aderiram ao MUDJ e colaborando activamente, nomeadamente na organização do encontro regional em Bela Mandil<sup>91</sup>.

---

<sup>85</sup> Entrevista a José Rodrigues Vitoriano.

<sup>86</sup> Entrevista a Vidaul José Ventura.

<sup>87</sup> IAN-TT, TBH, 2.º Juízo Criminal, Proc. n.º 128/48, Cx. 230, Vol. I, fl. 191 v., «Auto de Perguntas» a António do Carmo Lourenço, de 21/06/1948.

<sup>88</sup> Francisco Miguel, *Uma vida na Revolução*, Os Comunistas, Porto, A Opinião, 1977, p. 103.

<sup>89</sup> Entrevista a José Rodrigues Vitoriano.

<sup>90</sup> Entrevista a José Saturnino Guerreiro.

<sup>91</sup> Entrevista a Vidaul José Ventura.



A luta dos operários tinha lugar nas empresas e junto do Sindicato e do Instituto Nacional do Trabalho (INT). O comité das conservas angariava algumas pessoas em cada fábrica, de modo a poder constituir células que orientassem as reivindicações, que consistiam essencialmente na mobilização dos operários junto dos Sindicato, na elaboração de “abaixo-assinados”, pedindo soluções para a assistência médica e medicamentosa. A tuberculose constituía o maior problema de saúde do operariado portimonense.

A grande massa do operariado nada tinha nada a ver com o PCP, limitando-se a participar na defesa dos seus interesses. Como grande parte dos operários era analfabeta, recorria-se habitualmente à impressão digital.

O operariado tornara-se mais reivindicativo, o que colocava problemas ao Sindicato. Nas concentrações, tudo ia ensaiado. O elemento antecipadamente escolhido para falar deveria fazer-se rogado, negar-se a falar de política e falar só do problema em causa. Ilídio Rodrigues, o Presidente do Sindicato, ajudava na encenação, barafustando com os operários e com os poderes corporativos, “dizendo que o sindicato queria, mas não que tinha condições para ajudar”<sup>92</sup>.

Os operários descontavam para a Caixa de Previdência sem benefícios alguns. Perante uma concentração de operários no Sindicato, durante a visita do Dr. Portugal, o responsável da Caixa de Previdência, José Capela, em nome dos operários, apresentou as reclamações sobre as carências na assistência à saúde. Perante as dificuldades apresentadas pelo Dr. Portugal para a colocação de um médico e para o estabelecimento de um posto de assistência em Portimão, Ilídio Rodrigues comprometeu-se a arranjar casa para o médico e

---

<sup>92</sup> Entrevista a Francisco Tomé Correia.

para o posto, deixando o responsável corporativo sem argumentos para recusar o pedido. “Foi assim que os operários portimonenses conseguiram melhorias significativas na assistência médica”<sup>93</sup>.

Os comunistas organizaram também “agitações” dos operários rurais junto dos Moinhos de Maré<sup>94</sup>.

João Maria Campos (“Moreira”), um funcionário do PCP fugido à polícia, integrou a organização local, desaparecendo em seguida. Preso em 1947, as suas declarações à PIDE foram extensas e lesivas para a organização clandestina portimonense.

No ano de 1948 decorreram as investigações às actividades do PCP no Algarve, conduzidas por Fernando Gouveia. A intensa contestação e as reivindicações operárias tinham despertado a atenção da PIDE. Em Maio de 1948, iniciaram-se as prisões, primeiramente as dos elementos do MUD e dos elementos das organizações sindicais de Vila Real de St.º António e de Olhão<sup>95</sup>. Joaquim Pires Jorge e Manuel da Silva abandonaram de imediato a província e foram substituídos por Américo de Sousa (“Abel”)<sup>96</sup>.

Perante a investida policial, os cuidados conspirativos redobram<sup>97</sup>, mas, por todo o Algarve, as prisões sucederam-se, ultrapassando a meia centena. Foi apreendida muita imprensa clandestina e diversa documentação, tendo a organização caído como “um baralho de cartas”. Na sua maioria, os militantes não estavam preparados para a violência que encontraram às mãos de Fernando Gouveia que utilizou todos métodos de tortura e coacção para extorquir as informações.

A cada leva de prisões foram ficando mais claros a Fernando Gouveia os contornos da organização do PCP no Algarve<sup>98</sup>. A maior parte dos presos admitiu o seu trabalho clandestino e revelou os pseudónimos dos elementos das organizações locais. Alguns

---

<sup>93</sup> Ibidem.

<sup>94</sup> Ibidem.

<sup>95</sup> José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma biografia política, «Duarte...»*, Vol. II, Temas e Debates, Maio 2001, p. 747.

<sup>96</sup> IAN-TT, TBH, 2.º Juízo Tribunal, Proc. 128/48, 2º Vol., cx. 229, fl. 420, «Auto de Perguntas» a Salvador Rodrigues Mourinho, de 12/07/1948.

<sup>97</sup> Entrevista a José Rodrigues Vitoriano.

<sup>98</sup> IAN-TT, TBH, 2.º Juízo Tribunal, Proc. 128/48, 6 vols..

recorreram a historietas, numa tentativa de despistar a polícia; outros confirmaram apenas o seu trabalho e os pseudónimos; enquanto outros “abriram literalmente o saco”<sup>99</sup>.

O Inspector identificou os comités locais, os regionais e até o Comité Provincial. Dos 55 presos algarvios, 47 foram a tribunal. Entre eles estavam Joaquim Gonçalves, José Salustiano de Jesus, José Alberto d’Oliveira, João Prata, Romeu Agostinho, Tomé Correia, António Fernandes, António Mariano, Ilídio Rodrigues, João Filipe Larousse, José da Purificação, Vidaul Ventura, José Murtanheira, António Ramos de Almeida e Joaquim Fernandes, responsáveis pela organização comunista no comité local, no Sindicato, no comité da indústria e nas células das fábricas do centro fabril de Portimão.

Apesar das prisões e dos revezes da organização clandestina, a agitação no seio do operariado portimonense perdurou. As eleições presidenciais de 1949 constituíram uma oportunidade para dar continuidade à actividade oposicionista associada aos períodos eleitorais, aproveitando a diminuta margem de legalidade que o regime permitia.

A oposição nunca tinha participado numa eleição presidencial e a escolha de Norton de Matos contribuiu para aglutinar diferentes sensibilidades nos meios antagónicos ao regime<sup>100</sup>. O PCP mobilizou-se em torno dessa candidatura, dando “uma base orgânica nacional à campanha e o crescente apoio popular”<sup>101</sup>.

Em Portimão, o apoio a Norton de Matos foi entusiástico. Da comissão concelhia faziam parte José Francisco Leote, Rui Sacramento e José Manuel Valverde<sup>102</sup>. Nesta campanha participaram João Marreiros Neto, Manuel Dias, Sebastião Leal, o Caçorino e Virgílio Larousse, entre muitos outros.

Para o comício eleitoral, o lugar escolhido foi o cinema da cidade. Feita a proposta à proprietária, a «Empresa Semifísica», esta “não conseguiu dissimular o desconforto e, perante a insistência dos promotores, o cinema entrou repentinamente em obras, um modo airoso de se esquivarem a ter no seu estabelecimento um comício da oposição”<sup>103</sup>.

---

<sup>99</sup> Entrevista a Joaquim do Nascimento Ventura.

<sup>100</sup> *Catálogo. Uma oposição indomada e indomável: campanha eleitoral do General Norton de Matos, 1948-49*, Biblioteca Museu República e Resistência, Lisboa, 1993, pp. 21 e 24.

<sup>101</sup> José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal Ob. Cit.*, Vol. II, p. 815.

<sup>102</sup> IAN-TT, PIDE/ DGS Proc. n. ° 302/50.

<sup>103</sup> Entrevista a Manuel Dias Marques.

Manuel Dias pediu, então, ao sogro autorização para que o comício se realizasse num armazém que possuía no centro da cidade. Pela sua dimensão, era o sítio ideal. Como o chão era de terra batida, durante o dia, vários camiões descarregaram pedra dentro armazém e à noite esta era colocada. Os voluntários foram tantos que se estabeleceu um sistema de turnos pela noite dentro. Havia um poço, no qual, foi montado o palco com um estrado de madeira.

Na véspera do comício tinham sido colados cartazes pela cidade. Os voluntários colocavam-se estrategicamente nas esquinas dos quarteirões, enquanto os “coladores” faziam o seu trabalho. Para se defenderem dos informadores e da polícia que vigiava as ruas, estabeleceram entre si um código. “O acender de dois fósforos significava “toca a zarpar!”<sup>104</sup>.



O comício decorreu com o armazém a abarrotar, e as pessoas encheram a rua. A sessão foi presidida pelo Major Olival, e fizeram uso da palavra Júlio Carrapato, João

---

<sup>104</sup> Ibidem.

Vasco Gracias, João Marreiros Neto, José Costa Mendes e José dos Santos Ramos<sup>105</sup>. A PIDE marcou presença óbvia.

A repressão exercida pelo regime intensificou-se, multiplicando-se as medidas de coacção e intimidação. Por este motivo, e não havendo as garantias mínimas para a realização dum acto eleitoral livre, a Comissão Distrital de Faro decidiu contra a ida as urnas<sup>106</sup>.

Norton de Matos optou pela renúncia ao acto eleitoral. As eleições realizaram-se, sabendo-se de antemão o desfecho do acto eleitoral. Em virtude de notícias contraditórias, a desistência de Norton de Matos não chegou a muitos dos seus eleitores. Convinha à ditadura que a oposição fosse às urnas “a fim de afiançar a sua precária situação internacional”<sup>107</sup>. Por isso, os votos em Norton de Matos foram contados e publicados para provar a derrota da oposição<sup>108</sup>: no Algarve, Carmona obtivera 27649 votos, enquanto Norton de Matos só colheira a confiança de 62 eleitores<sup>109</sup>.

A campanha eleitoral trouxera ao regime muitos benefícios. Muitos opositores tinham, com o seu apoio aberto a Norton de Matos, saído “da toca”<sup>110</sup>. Inúmeras pessoas foram eliminadas dos cadernos eleitorais<sup>111</sup> e a oposição unitária teve o seu canto do cisne.

A 5 de Abril de 1949, terminou o julgamento dos comunistas algarvios presos no ano anterior. Foram condenados 38<sup>112</sup> e absolvidos 9<sup>113</sup>. Todos os portimonenses foram condenados e, conseqüentemente, despedidos. O Plenário suspendeu a pena a José Purificação e a Ilídio Rodrigues<sup>114</sup>.

Tomé Correia foi condenado a 3 anos de prisão maior celular, superando as penas de outros militantes com maiores responsabilidades na organização do PCP a nível regional. O Inspector Gouveia não lhe perdoou a sua postura obstinada e desafiadora, apesar das violentíssimas torturas a que foi sujeito. “A sua atitude que pode parecer bem ao

---

<sup>105</sup> *República*, n.º 6554, 3/02/1949, p. 4, Em Portimão».

<sup>106</sup> José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, Ob. Cit.*, Vol. II, p. 845.

<sup>107</sup> Francisco Guerreiro, *Ob. Cit.*, fl. 47.

<sup>108</sup> *Idem, Ibidem*, fl. 48 v..

<sup>109</sup> *O Algarve*, n.º 2135, 27/02/1949, p. 1, «O resultado da eleição presidencial...».

<sup>110</sup> IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 688/48 SR, NT 2023, Joaquim Farracha, fl. 217, Doc. de 14/03/1949.

<sup>111</sup> Francisco Guerreiro, *Ob. Cit.*, fl. 51 v..

<sup>112</sup> *República*, n.º 6613, 6/04/1949, p. 5, «O Plenário».

<sup>113</sup> IAN-TT, TBH, 2.º Juízo Tribunal, Proc. 128/48, 1.º Vol., capa do processo.

<sup>114</sup> *República*, n.º 6613, 6/04/1949, p. 5, «O Plenário».

Partido, qualifica-o como o único no presente processo capaz de reincidir, por se ter revelado um perigoso agitador do meio social”<sup>115</sup>.

Tomé Correia foi restituído “à liberdade vigiada” no dia 5 de Novembro de 1951.



---

<sup>115</sup> IAN-TT, TBH, 2.º Juízo Tribunal, Proc. 128/48, 4.º Vol., fl. 858 v., «Relatório de Fernando Gouveia», de 27/10/1948.



## Conclusão

A repressão política e laboral, a depuração administrativa, a violência policial, os despedimentos, as torturas e as prisões fazem parte da memória colectiva de Portimão e do seu operariado, que este trabalho pretendeu preservar, de forma a proporcionar aos portimonenses um maior conhecimento e identificação com o seu espaço histórico.

Os anos 50 revelam o declínio da oposição que caracterizara a cidade na década anterior. O regime conseguiu, habilmente, ultrapassar a pressão política interna e externa provocada pelo desfecho da II Guerra.

Mas essa é outra História...

